Educação para o desenvolvimento através das cooperativas escolares

Valdiki Moura[1]

Não sendo técnico em educação, não poderei desenvolver o tema com a profundidade que ele comporta, segundo a agenda preparada. Mas talvez possa fazer observações oportunas e formular indicações com relação a um dos aspectos mais interessantes da organização do trabalho extra-escolar.

Quero referir-me à experiência no campo do cooperativismo, mesmo no Brasil, onde as escolas e os professores ainda não se interessaram tanto quanto as suas congêneres e os seus colegas na França e no México. Na verdade, constitui o cooperativismo escolar um precioso filão de experiências, de que ainda não se aproveitou, suficientemente, a Escola Brasileira. Em palestra com educadores de vários graus de ensino, fico sempre surpreendido quando os vejo tão pouco informados. A França, pelo menos há 38 anos, vem disseminando essas organizações nos estabelecimentos de ensino dos graus primário e secundário, contando mesmo com um ***Office Central des Coopératives Scolaires*** (fundado em 1928) e que supervisiona mais de 12.000 sociedades com cerca de 400.000 associados. Possui o México 2.152 cooperativas escolares com 330.000 filiados. O Brasil dispõe de cerca de 300 unidades, sendo impreciso o número exato de associados.

Devo também assinalar que, enquanto as cooperativas escolares constituem, na Franca, organismos subsidiários da Escola, sob o duplo aspecto pedagógico e econômico, entre nós têm tido finalidade limitada, porquanto, praticamente, se restringem a manter uma cantina para abastecimento de artigos escolares e merendas. Na Franca, ao contrário, são instrumentos vivos de educação, autênticos organismos de trabalho, que se dedicam a serviços de reflorestamento, ao plantio, colheita, secagem e venda de plantas medicinais, a atividades recreativas e culturais (excursões educativas, colônias de férias, clubes filatélicos, conjuntos teatrais, estações de radiotelegrafia, etc.), enfim a um conjunto de atividades que estimulam o desenvolvimento da personalidade, preparando os alunos para as tarefas pós-escolares.

Essas cooperativas são subsidiárias da Escola, porque servem como micro-laboratórios vocacionais para o desenvolvimento da personalidade (atenção, iniciativa, solidariedade, aplicação de conhecimentos, prática de negócios, mecânica administrativa, senso econômico etc.) e também como fontes complementares de recursos para o seu aparelhamento. Assim é que têm contribuído com meios financeiros para obras de restauração de dependências da escola (recentemente se cotizaram para reconstruir, inteiramente, uma escola pública bombardeada no norte do país) e para também aparelhá-la com museus e laboratórios destinados a prática do ensino.

Parece-me, por isso, surpreendente, que o professorado de formação, no Brasil, se tenha descurado de tão eficiente instrumento educativo, preferindo fomentar a organização

de caixas escolares. Não nego a utilidade destas, porém também reconheço que são entidades de objetivos mais limitados, de cunho paternalista, e que, em vez de desenvolver, nos alunos, as faculdades e aptidões apoiadas no jogo espontâneo da personalidade, cria-

[1] Assessor-Técnico da Campanha Nacional de Material de Ensino.

lhes o hábito da passividade, da espera de proteção e arrimo, como se fossem seres incapacitados ou irrecuperáveis.

Enquanto as cooperativas escolares se afirmam como organismos vivos e atuantes, em cujo seio os associados exercitam o uso de tais faculdades e aptidões, as caixas escolares são organismos de estruturação vertical, dirigidas de cima para baixo, segundo uma hierarquia de funções que não os abrange nem contempla. Na cooperativa escolar os associados são autênticos empresários potenciais, possuem e dirigem uma coisa comum a todos, são os senhores de uma propriedade coletiva que funciona para o bem-estar geral. Na caixa escolar, os participantes são meros usuários de uma ação beneficente que se processa em camadas mais altas, constituídas por pessoas estranhas à escola.

Não tenho conhecimento da ação educadora das caixas escolares, sendo sabido que a sua atuação é paternalista, sem a preocupação de preparar o futuro cidadão para as lutas cotidianas. Bem sei, também, que no Brasil, as cooperativas escolares não estão tendo essa ação educadora em profundidade quanto aos efeitos futuros. Os alunos que saem das escolas servidas por cooperativas, encaminham-se a outros misteres, vão lidar com atividades que não aproveitam a sua experiência. É isso, porém, uma contingência da falta de complexidade do nosso Movimento.

Ele ainda é novo, pouco desenvolvido, extremamente rarefeito em um país de tamanha extensão territorial. Entretanto, quando atingir a um grau ponderável de desenvolvimento, estou certo de que os alunos egressos das cooperativas escolares encontrarão muitas oportunidades nas cooperativas de adultos, qualquer que seja a sua especialidade.

Assim acontece na França, e na Dinamarca (embora não haja ali cooperativas escolares) é sabido que as escolas primárias e secundárias rurais (*sistema Grundtvig*) ensinam a doutrina cooperativa, fornecendo apreciáveis contingentes de gerentes e diretores para as cooperativas de adultos. Há países que adotam a doutrina cooperativista no curriculum escolar, bastando referir a sua generalização no sistema educativo norte-americano.

Não é meu propósito fazer uma longa digressão sobre o problema, no Brasil, mas apenas focalizar certos ângulos particularistas que apontam as dificuldades a vencer. O conhecimento destes fatos poderá levar-nos a conclusões práticas, ou pelo menos à adoção de um comportamento adequado em caia caso concreto.

Desejou o professor Armando Hildebrand, que em alguns estabelecimentos de ensino da Prefeitura do Distrito Federal, sobretudo nos de alfabetização de adultos em ciclos noturnos, realizasse a Campanha Nacional de Materiais de Ensino uma experiência no campo da organização cooperativa, elegendo cinco escolas que poderiam oferecer condições mais favoráveis ao seu desenvolvimento.

Foram assim visitadas, sucessivamente, as Escolas Conde de Agrolongo (Penha), Barão de Macaubas e Alagoas (ambas em Inhauma), Vicente Licínio Cardoso (Avenida Venezuela) e República da Colômbia (Rua Camerino), onde, depois de demorada explanação, foram constituídas as respectivas sociedades.

A meu ver, a primeira dificuldade que tais cursos oferecem, é a diversificação dos estágios mentais, porquanto são muito variáveis os níveis etários, sendo frequente encontrarmos adolescentes ao lado de homens e mulheres de avançada idade. Com essa massa heterogênea e que vive em função de comportamentos desiguais, de reações individuais típicas, com problemas de frustração muitas vezes insanáveis, é difícil coordenar

um trabalho disciplinador dentro de prazo curto. Trata-se, também, de uma massa instável, constituída de elementos que vivem do trabalho diurno inseguro, profissionais flutuantes, que se movimentam segundo as possibilidades ou conveniências de trabalho.

Em diversos contatos mantidos com essas coletividades, pude verificar a variedade de profissões e de atitudes. Uns ouviam-me com atenção e boa vontade, manifestando-se interessados. Várias vezes constrangia-me ver alguns cochilarem, enquanto discorria sobre as vantagens do sistema. Depois, à medida que me confraternizava e permutava palavras, ia sabendo que eram pedreiros, carpinas, trabalhadores de obras ou de indústrias, empregados domésticos e do comércio, muitos já com encargos de família, e naturalmente torturados com os seus problemas. Era difícil, portanto, obter aquela homogeneidade dos grupos de idades e condições sociais equilibradas, constituídas de gente da classe média, que não traz para os bancos da escola os problemas, as dificuldades, as frustrações e angústias da vida afanosa dos que trabalham duramente para viver.

Ora, sendo a sociedade cooperativa um laboratório vivo para exercitação das capacidades individuais, é natural que um dos principais requisitos para o seu êxito seja o da homogeneidade etária e social do grupo. Bem sei que às vezes e também difícil organizar cooperativas entre pescadores, agricultores e certas categorias de profissionais em grandes centros urbanos. Mas aqui são outros os problemas, porque não há a separação de atividades mentais e braçais, como ocorre na alternativa regular que se verifica nas escolas de alfabetização de adultos, onde os alunos estudam em ciclos noturnos e trabalham arduamente em ciclos diurnos, sobrevindo, geralmente a estafa ao fim do dia.

Nenhuma atividade associativa poderá ser realizada sem prazer, especialmente quando se trata da organização operativa no estágio escolar. Homens e mulheres fatigados, que à noite realizam o supremo esforço de buscar a escola em vez do catre, são matéria prima de pouca receptividade para empreendimentos como este. A minha experiência pessoal demonstra isto.

Outro fator desfavorável (com poucas exceções) é o próprio professorado que se mobiliza para orientar as atividades das cooperativas, São pessoas que, geralmente, se ocupam de outros encargos durante o dia, e que desejam passar na escola noturna apenas o tempo necessário para dar suas aulas rotineiras. Estas pessoas não gostam de modificar os hábitos, de acrescer os encargos por menos onerosos que sejam. A situação anteriormente analisada contribui, também, para desestimulá-los, porque veem que os alunos não estão dispostos a colaborar, a tomar iniciativas por conta própria. Várias tentativas fiz para reunir à tarde, orientadores e diretores de cooperativas escolares do ciclo noturno, para lhes ministrar instruções sobre organização contábil ou levá-los a visitar cooperativas em funcionamento. A incompatibilidade de horários era sempre um empeço irremovível, alegando-se, com frequência, que os patrões não dispensariam os seus empregados para tal fim.

A despeito da minha assistência e dos auxílios da Campanha (doação de material para estoque das cooperativas), elas não tiveram o desenvolvimento que se esperava. É oportuno porem, acrescentar, que além dos fatores citados, ocorreu um outro que demonstra a escassa cordialidade, senão a prevenção reinante entre os diretores dos ciclos diurno e noturno. Geralmente não permitiam os primeiros, que as cooperativas escolares dos ciclos noturnos utilizassem armários e dependências da escola para instalação dos seus serviços. No fundo, o que havia, era uma rivalidade absurda com base no usufruto

individualista das instalações do estabelecimento, que cada dirigente de turno considerava como de sua exclusividade. Ora, em escolas onde as prevenções se extremam na cúpula administrativa, dificilmente poder-se-á conseguir harmonia e entendimento nas esferas mais baixas do corpo discente.

Poderá parecer, aos que vêm acompanhando a dissertação, que o autor pretenda negar a possibilidade de funcionarem cooperativas em escolas de educação de adultos que trabalham em dois ciclos. A isso, entretanto, não pretende chegar.

Se o tratamento unilateral do problema oferece as dificuldades apontadas, então a solução estará em tratá-lo pelos dois lados, procurando conjugar os esforços da administração dividida. Sem primeiro harmonizar os diretores e o professorado dos dois turnos, será difícil obter êxito. É preciso incutir a ideia de que a escola é uma unidade social e indivisível, embora se reparta em dois expedientes por imperativo da divisão do trabalho. O professorado deve ser uma confraria solidária. E não haverá que distinguir alunos diurnos e noturnos, embora as características do ensino supletivo destinado a adultos imponham modificações de ordem pedagógica, funcional ou vocacional.

Para que as cooperativas escolares alcancem resultados satisfatórios em estabelecimentos desta categoria, é necessário que atendam aos dois ciclos. Seriam escolhidos gerentes para os dois horários, de modo a evitar a duplicidade de organização. Tal escolha deveria ser cuidadosa, porque um meio despreparado e inexperiente de certo não oferecerá muitas alternativas.

Propositadamente deixei para o fim o aspecto fundamental da questão, por estar seguro de que, se não lhe dermos prioridade absoluta, dificilmente poderemos fazer alguma coisa certa. Refiro-me à educação, isto é, à preparação dos alunos para a prática do sistema. Tem-se dito que o Cooperativismo é um processo de convivência baseado na reforma do caráter do homem, pela substituição gradativa de todos os valores negativos que o condicionam na sociedade conflituante em que vive.

Sem que se alterem tais valores, substituídos por outros que estimulem a prática de sentimentos mais nobres, dificilmente se conseguira algo permanente e estável. É preciso ensinar, nas escolas, que os outros têm necessidade e aspiram a ter acesso a todos os bens da vida. Se a escola ensina como ler e escrever, como fazer cálculos, como compreender os fenômenos naturais, como entender e praticar os deveres cívicos, por que, também, não ensinar a viver, e mais ainda, a conviver? A organização do trabalho, por exemplo, deveria estar na raiz de todo ensino básico que vise à criação de mentalidades sadias e construtivas. E' uma educação para o desenvolvimento da personalidade, e isto quer dizer que é, também, uma educação social, uma educação que tenha por finalidade formar homens socialmente válidos e economicamente produtivos.

A cooperativa escolar é uma espécie de plataforma experimental, modelagem para as aptidões individuais, onde os alunos associados poderão apreender os rudimentos da organização do trabalho em clima de racionalidade funcional e de solidariedade social.

A título de conclusão, submeto ao II Congresso Nacional de Educação de Adultos as seguintes proposições:

a) O ensino da doutrina cooperativista deve integrar o curriculum escolar, porque conduz à filosofia da convivência. Simples rudimentos teóricos seriam tão úteis quanto os

ensinamentos da educação moral e cívica para a família, a sociedade e a pátria. Ela é necessária a todos os educandos, independente de idade física ou mental.

b) A cooperativa escolar constitui o laboratório prático para a aplicação dos ensinamentos doutrinários, mas, também, o cadinho em que se modificará ou formará o caráter do cidadão, preparado, sobretudo, para vencer as dificuldades que de futuro encontre.

c) A cooperativa escolar deve ser preferida à caixa escolar, porque é um organismo democrático, possuído e dirigido pelos próprios alunos, e capaz de desenvolver os sentimentos de altruísmo e solidariedade, sem renunciar aos ditames da personalidade e da liderança.

d) Nos estabelecimentos que funcionam em dois ou mais turnos, o ideal será uma simples organização cooperativa, com representação dos diversos ciclos, funcionando estes como seções federadas.

e) A cooperativa escolar também oferece campo adequa do à educação vocacional dos adultos, à organização do trabalho e ao desenvolvimento da personalidade. Deve, por isso, ser considerada parte integrante da Escola e não entidade estranha. Poderia, consequentemente, merecer a atenção dos técnicos de educação, dos administradores e inspetores escolares.